

SINALIZANDO

Nº 4 • jan 2023

Revista digital do SINAL

CONJUNTURA

Os desafios do funcionalismo público no governo Lula

Recomposição remuneratória e mesa negocial são pautas centrais nos primeiros meses de 2023

SERVIÇO PÚBLICO

SINAL e outras entidades já se mobilizam

ENTREVISTA

“Creio que teremos condições para uma agenda propositiva”, afirma Rogério Correia

Sumário



Clique nos títulos para ler as matérias na íntegra.



Os desafios do funcionalismo público no governo Lula



“Creio que teremos condições para uma agenda mais propositiva”, afirma deputado Rogério Correia



Governo indica abertura para diálogo; SINAL e outras entidades já se mobilizam



29ª AND indicou diretrizes para a atuação sindical no próximo período



Autonomia precisa ser intensificada em diversas direções



Por uma nova política de gestão de pessoas



SINAL repudia os ataques contra as sedes dos três Poderes



EXPEDIENTE

EDITORIAL

Conselho Editorial:

Fábio Faiad, Mardônio Sarmiento e Vicente Fialkoski

Jornalista

Responsável: Luís Humberto Carrijo

Textos: Luís Humberto Carrijo e Samuel Oliveira

Diagramação e arte: Lucivam Queiroz

Secretária: Valéria Santos

Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL)

*Setor Comercial Sul,
Quadra 1, Bloco G,
Edifício Baracat, Sala
401, Brasília/DF*

(61) 33228208

sinal.org.br
nacional@sinal.org.br
sinalizando@sinal.org.br

Ano novo, demandas, porém, já bem conhecidas por todos. Se algum ineditismo há nestes primeiros dias de 2023, ele certamente não vem das pautas reivindicatórias do corpo funcional do Banco Central do Brasil e do conjunto das carreiras públicas. A busca por uma definição acerca da recomposição remuneratória, do reajuste de benefícios e da reestruturação da carreira de Especialista da Autarquia, pleitos insistentemente repetidos junto às instâncias decisórias nos últimos anos, dentre outros de maior ou menor urgência, movimentam a agenda do SINAL em janeiro.

A articulação pelo estabelecimento de canais permanentes de interlocução com o novo governo visa, enfim, dar uma solução às reivindicações que se acumularam. Ainda na primeira quinzena do mês, após a formalização das equipes ministeriais, foram apresentados pelas entidades representativas do funcionalismo pedidos de constituição de mesas de negociação, coletivas e setoriais, entre os servidores e o Executivo. O indicativo de uma disposição

maior ao diálogo por parte da nova gestão é visto com bons olhos, todavia há ainda um longo caminho a ser percorrido e a certeza de que qualquer avanço somente poderá ser obtido com muito esforço, como tem sido ao longo dos sucessivos governos.

Após uma jornada de luta histórica dos servidores do BC em 2022 - marcada pela greve de mais de 70 dias, cuja motivação foi, em grande parte, a postura omissa da Diretoria Colegiada da Autoridade Monetária em relação às demandas da categoria -, é hora de, novamente, arregaçar as mangas.

As primeiras ações de 2023, individualmente e em parceria com o Fonacate e o Fonasefe, e os desafios para o funcionalismo, nos diferentes âmbitos, dão forma a esta edição da revista digital Sinalizando.

Para traçar um perfil da composição do Congresso Nacional e falar das perspectivas sobre as pautas de interesse das carreiras públicas na agenda do Legislativo, conversamos com o deputado reeleito Rogério Correia. Reforma administrativa, fortalecimento das estruturas do Estado e estratégias para a recriação da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, da qual foi um dos coordenadores na mais recente Legislatura, são alguns dos temas da entrevista com o congressista.

O quarto número da Sinalizando traz ainda as diretrizes para a atuação sindical no próximo período, aprovadas na 29ª Assembleia Nacional Deliberativa do SINAL, realizada em novembro passado, e, também em linha com as definições da AND, reflexões sobre a autonomia do Banco Central e a política de gestão de pessoas no órgão.

Boa leitura e um feliz ano novo!

Fábio Faiad

Presidente nacional do SINAL

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





CONJUNTURA

©Ana Volpe/Agência Senado

Os desafios do funcionalismo público no governo Lula

A agenda do Estado Mínimo saiu derrotada das urnas, mas a pauta da reforma administrativa não está morta. Embora dificilmente seja aproveitado o conteúdo da PEC 32/2020, tida como uma séria ameaça para o funcionalismo e para um serviço público voltado à sociedade, quando se mexe no balaio da estrutura administrativa, qualquer mudança pode resultar em perda de direitos.

É ainda um risco real a desconfiguração dos preceitos do papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades sociais, tendo o servidor público como instrumento de execução das políticas públicas, uma vez que as forças políticas que atuam dentro e fora do Congresso Nacional, que terá um perfil ainda mais conservador, são potentes e transitam com desenvoltura nos corredores do Poder.

O funcionalismo e o governo que se inicia terão de lidar com uma bancada robusta pró-mercado, que tem no servidor público uma ameaça a seus interesses. Qualquer proposta de reforma administrativa, mesmo que elaborada com base em aspectos técnicos e sociais, visando maior eficiência da gestão do Estado, transparência e promoção da carreira dos servidores, pode ser deformada pelo Legislativo.

Por isso, a boa relação com o Congresso Nacional é fundamental, porque é esse Poder que dá a palavra final em decretos legislativos e emendas à Constituição e pode derrubar eventual veto às leis complementares e ordinárias, inclusive as resultantes de medida provisória. Muitos desses atores políticos se articulam com uma agenda retrógrada, que defende, entre outras propostas, o fim da estabilidade do serviço público, o desmonte do serviço público, a redução dos salários e a substituição dos concursos por indicações políticas.

Grupos de interesse da iniciativa privada difundem a narrativa de que é preciso a realização de reformas estruturais para reduzir o peso dos impostos. A reforma administrativa e a contenção dos gastos públicos seriam, para eles, alguns dos caminhos. Nesse cenário, baixar a guarda não é uma opção.

O analista e consultor político do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, lembra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva volta à chefia do Poder Executivo com enormes desafios, a começar pela construção das condições de governabilidade antes mesmo da posse. Para a aprovação de uma PEC indispensável à continuidade dos programas sociais e ao funcionamento da máquina pública, Lula teve que consumir parte de seu capital político.

Segundo Queiroz, a governabilidade estará ou não presente na medida em que haja apoio às políticas do governante e à capacidade de articular alianças entre os diferentes grupos sociopolíticos para viabilizar o projeto de Estado e sociedade, conferindo-lhe legitimidade para implementar políticas. Ele ressalta que, para garantir a governabilidade e evitar a paralisia ou o colapso das instituições e dos serviços públicos, são indispensáveis quatro tipos de estabilidade: política, social, financeira e de gestão.

Esta última diz respeito à criação e manutenção de instituições administrativas adequadas, à realização de concursos para contratar ou repor pessoal e, principalmente, grande capacidade de coordenação e de montagem de equipes qualificadas para dar efetividade às macrofunções do Estado, tais quais as funções políticas, que consistem na definição de direitos e deveres, as funções executivas e regulatórias, voltadas para a implementação de políticas, as funções jurisdicionais, direcionadas à solução de litígios, e as funções fiscalizadoras, voltadas ao controle da ação estatal.

A reação das entidades do funcionalismo, que emperrou a reforma administrativa do governo de Jair Bolsonaro, foi maiúscula e a mobilização das categorias tende a ser reativada à medida que o tema ganhe força na agenda política. A reforma administrativa está, no entanto, subjacente. Ao que parece, a reforma tributária tem a primazia no primeiro ano de governo do PT, se o clima político permitir. O início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva tem sido conturbado, com questionamento do resultado das urnas por

parte de bolsonaristas radicais, ameaças de golpe e insurgências à ordem institucional. Alguns analistas de mercado avaliam que a agenda do governo, mais desenvolvimentista e progressista, pode sair fortalecida da intentona golpista de 8 de janeiro, quando a Praça dos Três Poderes foi tomada por terroristas e os palácios invadidos e vandalizados. Mas em meio a essa crise, arriscar um palpite é puro exercício de futurologia.

O que se tem de concreto é que o funcionalismo e as entidades de classe que representam a categoria já sabem o que querem: que a PEC 32 seja enterrada de vez e que o novo governo conceda um reajuste salarial ainda este ano.

A instância que vai gerir essa agenda é o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, nova pasta criada a partir do Ministério da Economia, com sete secretarias, como a Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado. Tendo à frente do Ministério a economista Esther Dweck, caberá ao técnico Sergio Mendonça, secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, o papel de realizar a interlocução e negociação com entidades representativas do funcionalismo público, por meio da mesa nacional de negociação permanente com os servidores sobre questões salariais e pautas não salariais.

Essa secretaria é nevrálgica por ser a responsável por normatizar e orientar tópicos relacionados ao pessoal civil e por formular políticas e diretrizes para o aperfeiçoamento da gestão pública dos 1,3 milhão de servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas de cerca de 200 órgãos e entidades. Ficará a cargo de Mendonça, a estruturação de cargos e carreiras públicas, a remuneração e benefícios, a seleção dos cargos efetivos e contratos temporários, entre outros assuntos relacionados à vida funcional dos servidores.

A expectativa dos dirigentes sindicais é a de que se reabra o diálogo permanente com o funcionalismo de modo a atender suas demandas referentes a questões salariais, administrativas, avaliação, infraestrutura e concursos públicos. A nova matriz sepulta o paradigma de um Estado fraco e o substitui por outro que busca a retomada dos investimentos e atender as demandas dos servidores, a começar pelo fim do Teto dos Gastos, classificado como uma estupidez pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No momento, a luta é pelo reajuste emergencial dos servidores do Executivo, em linha com o que foi concedido a servidores de outros Poderes. Mais à frente, nas mesas de negociação, que serão implantadas no novo Ministério da Gestão e Inovação, o SINAL poderá articular os objetivos específicos da categoria, como a reestruturação da carreira, realização de concursos, além da correção dos benefícios dos servidores do órgão. Sobre essas demandas já foram entregues documentos específicos ao novo Ministério.

Resistências virão de todas as partes, inclusive da imprensa corporativa, que vocaliza como irrefutável a agenda do mercado, e para enfrentá-las é necessária uma vigília constante e articulação eficiente no Parlamento e com autoridades do Executivo, especialmente em defesa do serviço público em meio às reformas que ainda podem emergir. ■

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO



A photograph of a man with grey hair, wearing a dark suit, white shirt, and a red and white striped tie. He is standing at a podium with a microphone, holding a pair of glasses in his right hand and a piece of paper in his left hand. The background is slightly blurred, showing some greenery.

ENTREVISTA

Divulgação/PT

“Creio que teremos condições para uma agenda mais propositiva”, afirma deputado Rogério Correia

À Sinalizando, congressista avalia composição do Parlamento para a próxima Legislatura e fala das perspectivas sobre matérias de interesse do setor público

Expandir e aprimorar a prestação de serviços ao cidadão. Estas são as diretrizes apontadas pelo deputado federal Rogério Correia (PT/MG) para o próximo período. Em entrevista à Sinalizando, o congressista, membro da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público na Legislatura 2019-2023 e reeleito no pleito de 2022 para um novo mandato, fala das perspectivas, nos âmbitos do Congresso Nacional e também do Executivo, para as pautas de interesse do funcionalismo.

A composição do Parlamento para a próxima Legislatura, novos paradigmas acerca do setor público, reforma administrativa, mesa negociada, recriação da Frente Parlamentar e outros desafios que se desenham no horizonte são abordados pelo parlamentar, que integrou o Grupo Técnico de Trabalho da equipe de transição de governo no último bimestre de 2022.

“O serviço público é, para nós, essencial. Então creio que teremos condições para uma agenda mais propositiva”, destaca Rogério Correia.

Confira abaixo a entrevista.

Como você avalia a composição do Congresso Nacional para a próxima Legislatura no que se refere aos pleitos dos servidores públicos?

Ainda temos uma maioria de alinhamento à direita e centro-direita. É preciso separá-la da ultradireita. Em relação a esta última, a tendência é que fique isolada e que se consiga uma governabilidade com setores da centro-direita.

Os serviços públicos, evidentemente, não são o forte desta maioria, pelo contrário. Mas é possível que a gente pelo menos coloque freio em medidas que vinham sendo postas em prática. A partir daí, é buscar avançar em questões mais propositivas nesta próxima Legislatura.



É possível que a gente coloque freio em medidas que vinham sendo postas em prática. A partir daí, é buscar avançar em questões mais propositivas nesta próxima Legislatura.

Então há espaço para uma agenda mais propositiva e menos de redução de prejuízos no período?

Sim. Como o governo já se comprometeu, será estabelecida uma mesa de negociação. Nela serão incluídos os servidores e aqueles que dependem dos serviços públicos, para que possamos vislumbrar como ampliar a oferta e prestação de serviços públicos, melhorando, por exemplo, os setores de educação, saúde e segurança, mais afetos ao povo, mas também aqueles da área administrativa, da preservação ambiental, da defesa dos trabalhadores, entre outros. O serviço público é, para nós, essencial. Então creio que teremos condições para uma agenda mais propositiva.

Quais são os principais desafios já para o início da Legislatura?

O principal deles foi ainda no fim da última Legislatura, mas que já significou o início da próxima: a aprovação da PEC do Bolsa Família e do Orçamento. Conseguimos garantir R\$600 para o próximo Bolsa Família e mais R\$150 para cada criança com até 6 anos de idade, para enfrentar o problema da fome e fazer com que a economia tenha um crescimento a partir da base, a partir da renda no bolso do povo brasileiro. Conseguimos, ainda, liberar a ampliação de recursos no Orçamento para a educação, a saúde e também para o reajuste do servidor.

Agora, na próxima Legislatura, é colocar tudo isso em execução e fazer uma reforma tributária, que será muito importante para distribuir renda.

E em relação à PEC 32/2020, da reforma administrativa, quais as perspectivas?

Nós incluímos no plano do Grupo Técnico de Trabalho [da equipe de transição] a retirada da PEC da ‘deforma administrativa’. Portanto, a perspectiva agora é outra. Não é de discutir reforma administrativa para retirar direitos ou para ‘enxugar’ o tamanho do Estado, pelo contrário. Precisamos ver as necessidades de concursos públicos e de reforço nas diferentes áreas e como ampliar e melhorar a prestação de serviços.

Como estão o trabalho e as tratativas para a composição e a retomada dos trabalhos da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público em 2023?

Este é um compromisso meu, e vou contar com todos os sindicatos e categorias de servidores públicos, para que a gente consiga, imediatamente, recolher todas as assinaturas necessárias à recriação da nossa Frente Parlamentar Mista. E vou contar com a ajuda de todos vocês também no fortalecimento da Frente e nesta tão importante defesa do serviço público no país, sob o novo governo. ■

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





SERVIÇO PÚBLICO

*Ministra Esther Dweck e
Fábio Faiad, em 12 de janeiro*

Governo indica abertura para diálogo; SINAL e outras entidades já se mobilizam

O presidente nacional do SINAL, Fábio Faiad, solicitou, durante encontro com a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, no último dia 12 de janeiro, em Brasília, a abertura de mesa negocial permanente para tratar de pautas específicas dos servidores do Banco Central do Brasil. Na oportunidade, Faiad entregou ofício apresentando um panorama geral do movimento reivindicatório do corpo funcional da Autarquia.

A reestruturação da carreira de Especialista do BC, tema que já conta, inclusive, com minuta de Medida Provisória (MP1) elaborada pela Diretoria Colegiada do órgão e encaminhada à Casa Civil em 2022; a defasagem remuneratória, acentuada após quatro anos sem qualquer reajuste; o desalinhamento salarial frente a carreiras congêneres do Estado; e o elevado risco de RH, em face da ausência de concursos na última década, novas aposentadorias e perda de quadros para outras instituições públicas e privadas, são temas abordados no ofício entregue a Dweck (veja [aqui](#) o documento na íntegra). Na oportunidade, Faiad também conversou com o secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério da Gestão, Sérgio Mendonça, requerendo celeridade para o início das tratativas.

A busca pelo estabelecimento de canais de interlocução com o novo governo, de modo a, agora, dar andamento a demandas que em parte já vinham sendo trabalhadas junto à equipe de transição, tem sido a tônica do trabalho das entidades representativas do funcionalismo federal neste início de ano. Diante da sinalização do Executivo de uma abertura maior ao diálogo, os sindicatos e associações se articulam desde as primeiras semanas de janeiro. E um dos pleitos de primeira hora é o reajuste salarial.

O SINAL e as demais afiliadas ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) requereram, em caráter de urgência, à ministra Esther Dweck a recomposição salarial para os servidores do Executivo, uma vez que, além das perdas acumuladas nos últimos anos, carreiras do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União já avançaram em seus reajustes. Em ofício enviado no dia 11 de janeiro (veja [aqui](#)), o Fórum sugeriu a edição de Medida Provisória como forma de dar um desfecho célere ao tema, sem prejuízos às demandas setoriais. O documento destacou, ainda, o congelamento dos benefícios, como o auxílio-alimentação, que teve seu último reajuste há mais de sete anos.

A recomposição dos salários e dos benefícios também faz parte da pauta emergencial do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), que, no dia 3 de janeiro, encaminhou os pleitos à ministra Dweck e aos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Fazenda, Fernando Haddad.

Para marcar o início da campanha salarial de 2023, o Fonacate promoverá em 31 de janeiro, um Dia Nacional de Mobilização, com a participação de servidores de todo o país.



FORTALECIMENTO DO ESTADO

Para além das demandas pontuais do conjunto das carreiras de Estado, o Fonacate se reafirma também como importante esfera de produção de conhecimento e debate de questões relacionadas à defesa e à valorização do setor público, bem como ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito. As diretrizes para os diálogos com os Poderes constam da Carta de Princípios (veja [aqui](#)) do Fórum, que foi endossada, à época da corrida presidencial, pela chapa Lula-Alckmin, vencedora do pleito. O documento também foi referendado durante a plenária da 29ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do SINAL, realizada em novembro passado.

Dentre os pontos enumerados pela carta estão: a revisão da Emenda Constitucional 95, conhecida como teto de gastos, com vistas à retomada da capacidade de investimento e implementação de políticas públicas; a redução dos cargos de livre nomeação e o incremento da participação de servidores concursados em postos estratégicos; a preservação da estabilidade; a recomposição de quadros, por meio da ampliação dos concursos públicos; e o combate permanente ao assédio moral e institucional nos órgãos públicos.

DENTRO DO BC

O Sindicato já se mobiliza também em relação à pauta interna dos servidores do BC. No último dia 12 de janeiro, o SINAL solicitou (veja [aqui](#) o documento) à diretora de Administração do Banco Central, Carolina Barros, a retomada dos diálogos em prol de demandas ainda pendentes e de novas reivindicações do corpo funcional.

Melhorias na gestão e no atendimento do PASBC; resolução das demandas dos celetistas reintegrados; reabertura dos diálogos acerca dos 28,86%; e incremento da Agenda BC#, com a implementação de dimensão específica, no sentido de propiciar as mudanças necessárias para uma melhor Gestão de Pessoas, são alguns dos pontos levantados pelo Sindicato no ofício enviado à titular da Dirad.

Para acompanhar notícias sobre a mobilização acerca da pauta conjunta e dos pleitos específicos do corpo funcional do BC, confira o Apito Brasil em nosso site (sinal.org.br). ■

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





AND 2022

29ª ASSEMBLEIA NACIONAL DELIBERATIVA (VIRTUAL)

O SINAL no contexto de pós-pandemia

5 e 6 de Novembro

PAUTA REIVINDICATÓRIA

29ª AND indicou diretrizes para a atuação sindical no próximo período

Fruto dos debates da 29ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do SINAL, foi definida a pauta reivindicatória dos servidores do Banco Central do Brasil para o próximo período. Os itens aprovados pelos delegados regionais durante a plenária foram submetidos a toda a categoria e referendados por meio de votação eletrônica, em novembro. Pela primeira vez realizada de maneira 100% virtual, a Assembleia Nacional Deliberativa passou por sucessivas etapas de debate e garantiu, de maneira democrática, ampla participação do corpo funcional.

Os pleitos foram apresentados e entregues, por meio de ofício, ao novo governo, ainda em novembro, durante encontro com o coordenador dos grupos técnicos da equipe de transição, Aloizio Mercadante. A pauta aprovada - com 17 itens, consolidados nas 12 demandas elencadas a seguir - traz reivindicações de caráter pecuniário e não pecuniário, muitos dos quais já vinham sendo trabalhados junto aos Poderes.

Veja a seguir as diretrizes reivindicatórias aprovadas pela 29ª AND.

ITENS DIRETAMENTE RELACIONADOS AO GOVERNO FEDERAL:

1. Reestruturação de carreira do BC na forma como foi acordada entre os representantes dos servidores da referida Autarquia, a Diretoria do BC e o Ministério da Economia em setembro de 2022.

Após intensas negociações, está disponível na Casa Civil uma minuta da Medida Provisória fruto do acordo entre os servidores, a Diretoria do BC e o Ministério da Economia. Ela reestrutura a carreira do BC em alguns pontos, elevando a exigência de escolaridade do cargo de Técnico para nível superior, mudando o nome do cargo de Analista para Auditor, definindo novas prerrogativas para os referidos cargos, entre outras mudanças (todas as alterações sem nenhum impacto financeiro).

2. Concessão de reajuste linear emergencial para os servidores do BC.

O item está inserido no contexto do Orçamento 2023, o qual já prevê, em sua versão inicial, valores relativos ao reajuste geral dos servidores públicos federais. As perdas históricas dos servidores do BC já superam os 40%, se comparadas ao patamar de julho de 2010, conforme destaca o [Corrosômetro](#) do SINAL.

3. Criação da Retribuição por Produtividade do Banco Central (RPBC).

Após intensas negociações, está disponível no Ministério da Fazenda uma minuta da Medida Provisória fruto do acordo entre os servidores e a Diretoria do Banco Central no tocante à criação de uma Retribuição Institucional aos Auditores e Técnicos do BC. Além do subsídio, tais profissionais receberiam um valor complementar, a ser definido pela Direção do BC.

4. Definir em Lei que os três cargos do Banco Central do Brasil exercem atividades exclusivas de Estado.

Infelizmente, nas negociações com o último governo, este item não foi objeto de consenso. Todavia, um Banco Central autônomo requer que seus servidores tenham tais prerrogativas, consoante o art. 247 da Constituição Federal.

5. Revogar o Decreto nº 10.620/2021.

É flagrante a inconstitucionalidade da citada norma, haja vista que a Constituição Federal fala em “Lei Complementar” para regulamentar o assunto, não um mero Decreto. Mais do que isso, a transferência de aposentados e pensionistas da Administração Indireta para o INSS é um descaso com tais pessoas, bem como

um acúmulo insustentável de serviços para um Instituto que já tem dificuldade de conduzir suas próprias funções essenciais.

6. Suspender a reforma administrativa (PEC 32) atualmente em tramitação.

A PEC 32 é um ataque frontal ao serviço público brasileiro. Requeremos a suspensão imediata desta e de qualquer outra proposta de reforma administrativa, pois é necessário um verdadeiro debate com a sociedade sobre o que se espera do setor público brasileiro antes de quaisquer mudanças.

ITENS DIRETAMENTE RELACIONADOS AO BANCO CENTRAL DO BRASIL:

7. Lutar pela implementação de uma nova dimensão específica para a valorização dos servidores do BC na Agenda BC#, trazendo todas as mudanças necessárias para uma melhor Gestão de Pessoas na nossa Autarquia.

A Diretoria de Administração do BC pode melhorar muito sua atuação no tocante à Gestão de Pessoas. Apresentamos um projeto completo de melhorias à atual Diretora, aprovado em assembleia da categoria, mas até o momento nada de concreto foi realizado.

8. Lutar para que haja melhorias na gestão e no atendimento do PASBC, bem como para que haja redução dos valores pagos pelos participantes, para que a contribuição do BC passe a ser de 2 reais para cada 1 real do servidor e para que a atenção primária à saúde (APS) seja fortalecida.

Nosso Programa de Saúde sofreu muitos revezes nos últimos anos, inclusive por falhas na sua gestão por parte da Diretoria de Administração. Não seria justo que a conta desses erros ficasse novamente com os servidores do BC; estes desejam um plano mais eficiente e com menos custos.

9. Lutar para que o trabalho remoto no BC seja um direito a todos os servidores que o queiram, salvo justificada impossibilidade técnica de a tarefa ser realizada remotamente.

Após a pandemia da COVID-19, o trabalho remoto virou a regra. Com isso, percebeu-se que, remotamente, muitos ganhos de produtividade e de satisfação pessoal foram atingidos. Logo, que tal regime seja a regra a partir de agora, havendo exceções apenas em casos realmente excepcionais.

10. Negociação das ações judiciais relativas aos 28,86%.

Várias carreiras do serviço público federal já negociaram com o Governo Federal as ações dos 28,86% (da Receita Federal, do Tesouro Nacional, da Polícia Rodoviária Federal, etc.). Contudo, a Diretoria do BC se mostra resistente a negociar com seus servidores. Requeremos que uma negociação, mediada pela Advocacia Geral da União, tenha início o mais rapidamente possível.

ITENS RELACIONADOS SIMULTANEAMENTE AO BC E AO GOVERNO:

11. Interromper imediatamente o processo de aviltamento dos servidores aposentados e pensionistas.

Infelizmente, nos últimos anos, os aposentados e pensionistas sofreram diversas perdas. Em muitos casos, até mais que os servidores da ativa. Logo, pleiteamos:

- O fim da contribuição previdenciária dos aposentados (eles já contribuíram para a aposentadoria enquanto na ativa; logo, a PEC 555 ou outra medida que venha a revogar ou reduzir a contribuição previdenciária dos aposentados é muito bem-vinda); e
- De forma criativa, outras ideias podem ser adotadas para mitigar os prejuízos dos aposentados e pensionistas, como, por exemplo, conceder a eles um benefício pecuniário equivalente ao terço de férias, a ser pago sempre no mês de junho subsequente a cada doze meses de aposentadoria.

No âmbito do Banco Central do Brasil, é imprescindível a melhoria no relacionamento com os aposentados. Medidas que garantam o aprimoramento dos mecanismos de comunicação e interação, sobretudo nos canais de atendimento do PASBC, o acesso a conteúdos disponibilizados na intranet e a participação em eventos institucionais, hoje disponíveis apenas a ativos, por exemplo, são necessárias.

12. Abertura em janeiro de 2023 de uma Mesa de Negociação específica dos servidores do BC junto ao Governo Federal, a fim de discutirmos os pontos acima e todas as outras demandas ainda não atendidas.

Conforme havia sido indicado pelo Coordenador do programa de Governo do Lula, sr. Aloizio Mercadante, em reunião anterior à última eleição presidencial, um dos projetos do Governo Lula seria a instauração de Mesas Setoriais de Negociação. Além dos pontos acima citados, incluímos:

- O restabelecimento de um nível remuneratório digno e coerente com a responsabilidade dos cargos;
- O restabelecimento da proporção de vencimento entre os Auditores e Técnicos de 60% para estes com relação aos primeiros;
- O estabelecimento de mais proteções jurídicas para os Analistas/Auditores e Técnicos no exercício de suas responsabilidades funcionais; e
- Outras melhorias a serem debatidas e negociadas.

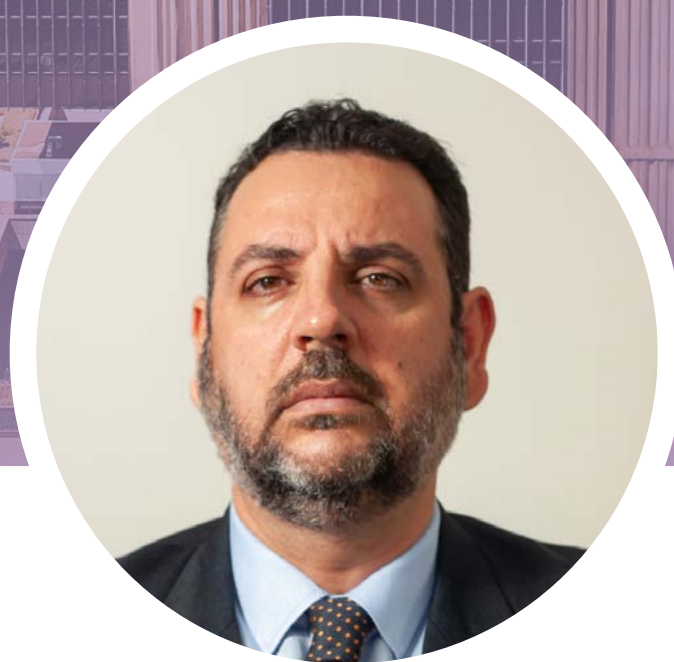
Cabe ao BC ampliar o diálogo com a categoria, com vistas à construção conjunta do processo de reestruturação da carreira de Especialista, especialmente em pontos como a modernização do cargo de Técnico (mapeamento de funções, melhor aproveitamento, ampliação da oferta de concursos, etc.) e melhorias nas condições de trabalho e remuneração dos celetistas reintegrados. ■

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





ARTIGO



Autonomia precisa ser intensificada em diversas direções

Por Fábio Faiad

O Banco Central do Brasil é essencial para a estabilidade econômica do país. E, menos de dois anos atrás, a instituição sofreu uma mudança significativa: os seus Diretores passaram a ter mandatos fixos, no que se convencionou chamar de “Autonomia do BC”, através da aprovação da Lei Complementar nº 179/2021 no Congresso Nacional. Passados tantos meses, já podem ser avaliados os impactos e resultados da referida Lei. Nesse sentido, os servidores do BC, no âmbito da 29ª Assembleia Nacional Deliberativa realizada pelo SINAL Nacional, de agosto a novembro de 2022, fizeram sua avaliação: **a atual Autonomia do BC é incompleta e precisa ser intensificada em diversas direções.**

Para início de conversa, um Banco Central verdadeiramente autônomo não pode prescindir das autonomias técnica, operacional, administrativa, financeira e orçamentária. Exemplificando a dificuldade: há mais de dez anos não é realizado um concurso público no BC. Tal situação é inadmissível, mas a Autarquia, por não ter

autonomia administrativa, fica refém de autorizações do Ministério da Economia para realizar seus concursos públicos. Uma vez que o referido Ministério impôs um bloqueio inaceitável aos certames, o quadro ficou cada vez mais reduzido e, conseqüentemente, a sociedade brasileira sofreu os impactos de uma atuação reduzida de uma importante instituição pública.

Nos últimos quatro anos, o Banco Central teve seu orçamento anual gradativamente reduzido. Em alguns casos, a Administração da Casa teve de atuar firmemente junto ao Ministério da Economia para evitar que os cortes fossem ainda maiores. Como pode o BC planejar com eficiência sua atuação sem que haja os recursos correspondentes? E pior: sem a autonomia orçamentária, o Governo Federal pode, a qualquer momento, contingenciar os recursos do BC, inviabilizando muitas das atividades previstas ou mesmo interrompendo tarefas já em curso! Novamente, a sociedade brasileira é quem sofre as conseqüências.

As condições de trabalho dos servidores do BC também merecem mudanças. Pela altíssima complexidade e pela enorme responsabilidade das atribuições, bem como pelo valor de suas entregas à sociedade brasileira e pelos desafios a elas impostos em face das mudanças econômicas e tecnológicas, as carreiras de Especialista e Procurador do BC deveriam ser consideradas em Lei como exclusivas de Estado, nos moldes do disposto no art. 247 da Constituição Federal, além de terem definidas no diploma legal algumas prerrogativas funcionais que lhes dessem condições para atuar de forma plenamente autônoma.

Sugerimos também que haja um debate sobre como avançar na regulamentação atualmente vigente para fazer com que a indicação de novos Diretores do Banco Central não seja somente de “agentes do mercado financeiro” com a mesma ideologia das instituições financeiras a serem por eles fiscalizadas. Trazer outros integrantes que possam oxigenar a visão da Diretoria Colegiada do BC é tarefa fundamental.

Primeiramente, seria possível estabelecer uma composição mínima de integrantes da Diretoria da Autarquia a ser escolhida obrigatoriamente dentre os servidores de carreira da Casa. Isso, além de afastar um pouco a ingerência excessiva do sistema financeiro, poderia premiar os bons servidores com mais oportunidades de desenvolvimento profissional.

Em segundo lugar, seria importante mudar a Lei Complementar nº 179/2021 a fim de, nas indicações para a Diretoria do BC, haver a necessidade de que pelo menos 1/3 dos Diretores fossem provenientes de fora do Sistema Financeiro Nacional (ou seja, de setores como indústria, serviços, universidades, etc.).

Uma terceira mudança nessa direção seria, para alguns cargos de Diretor privativos de servidores da Casa, considerar que os

próprios servidores pudessem elaborar uma lista tríplice a ser encaminhada ao chefe do Executivo. Isso ajudaria a evitar, por exemplo, o que aconteceu em 2022: **a titular da Diretoria de Administração do BC ficou, de propósito, três meses seguidos sem se reunir com os representantes dos servidores da Casa.** Diálogo entre as partes é fundamental, e a lista tríplice poderia facilitar isso nos casos de maior possibilidade de atrito (como a Diretoria de Administração do BC, por exemplo).

Mudando a linha de propostas aqui, entendemos que é importante para o BC ter sua ação não somente focada no controle da inflação, mas avançar em outras frentes e em parcerias com Ministérios e outros órgãos públicos correspondentes, por exemplo:

- Lutar pelo desenvolvimento do regime de metas de suavização das flutuações da economia e fomento do pleno emprego dos fatores de produção, com estabelecimento de metas de crescimento do PIB e ocupação da mão-de-obra no Brasil e método de persecução dos resultados determinados pelo Governo; e
- Atuar pela crescente integração das esferas de regulação e fiscalização dos mercados financeiro, de capitais, securitário e previdenciário complementar.

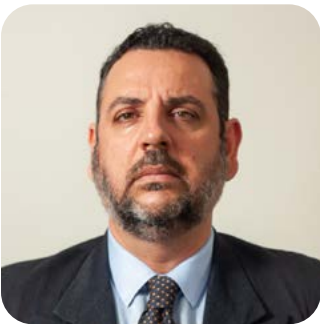
O BC é um importante *player* na economia nacional, e portanto deve ampliar ao máximo suas relações institucionais e seu diálogo com as demais esferas do Estado brasileiro, ainda que em assuntos fora do estrito controle inflacionário. O fato de este ser seu mandato, o controle de preços não lhe exime de estar atuante em outras frentes da economia do país.

Por fim, outra mudança que poderia ajudar, desta vez fora do alcance do BC, seria a reestruturação do Conselho Monetário Nacional, reservando espaço em sua composição para representação de outros agentes econômicos da sociedade: trabalhadores, indústria, comércio, agropecuária e serviços. Em vez de um CMN com apenas três integrantes, o novo Conselho poderia ser bem maior e mais representativo de setores da economia brasileira.

Apesar de todos os problemas enfrentados nos últimos anos, a atuação do Banco Central do Brasil, por meio de seu corpo funcional qualificado, trouxe bons frutos para a economia e para a sociedade brasileira. O bom funcionamento do sistema financeiro nacional, a invenção e o aperfeiçoamento do PIX, o estabelecimento do Open Finance, a criação do Sistema de Valores a Receber, o Real Digital, entre outros exemplos, demonstram muito bem a eficiência e a eficácia do BC. E não se pode negar que a Lei Complementar nº 179/2021 foi uma conquista importante para o Banco Central do Brasil. Após décadas de tramitação no Congresso Nacional, finalmente algum texto legal ligado à Autonomia do BC foi aprovado.

Contudo, a simples adoção de mandatos para os Diretores não trouxe à Autarquia uma autonomia plena. Há que se observar que, no período em questão, o Brasil, de uma forma geral, apresentou índices de crescimento baixos, taxas de inflação altas, desrespeitos constantes ao teto de gastos e outras medidas de desequilíbrio fiscal (que causaram inclusive a retirada de projetos sociais importantes do orçamento de 2023 e o contingenciamento dos recursos de diversos órgãos públicos no mesmo ano, quase inviabilizando as suas operações). Tudo isso pode indicar a insuficiência das novas ferramentas dadas ao BC para que desempenhe seu papel. Logo, para que tudo isso e muito mais venha ser corrigido, é imperioso reavaliar a Autonomia do Banco Central do Brasil, a fim de conceder a esta Autarquia mais condições para o desempenho de suas funções, o que com certeza traria ótimos resultados para a sociedade brasileira como um todo.

.....



FÁBIO FAIAD,
Presidente nacional
do SINAL

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





RH

Por uma nova política de gestão de pessoas

Lições aprendidas durante a crise sanitária podem motivar novos olhares acerca da rotina laboral

Uma das consequências da pandemia da Covid-19 que se espalhou pelo mundo foi a necessidade de as organizações permitirem ou até estimularem o teletrabalho de seus funcionários. Apesar de imposta por um risco sanitário sem precedentes, a medida mostrou-se vantajosa do ponto de vista laboral em muitos casos, resultando não só em entregas a contento, mas também em incremento de produtividade.

Com isso, muitas instituições, mesmo após a redução das ameaças do novo coronavírus (sendo a disponibilização de imunizantes o passo principal para um maior controle da doença), mantiveram o trabalho remoto, haja vista, além dos fatores citados acima, a redução de custos operacionais e o aumento da satisfação das equipes, dentre outros. Dito de outra forma, embora tenha sido iniciado como uma resposta a uma situação pandêmica, o teletrabalho venceu resistências culturais e políticas e passou a ser considerado como uma política permanente em muitas organizações.

Infelizmente, por apego ao passado e talvez por preconceitos, em alguns ambientes a volta ao trabalho presencial (muitas vezes de forma acelerada) está sendo, não apenas estimulada, mas imposta

desnecessariamente, jogando por terra lições que a pandemia nos trouxe a duras penas. Cabe às entidades sindicais e aos defensores de políticas de RH mais humanas e modernas combater esse “viés nostálgico” e defender o avanço do trabalho remoto e das medidas de incentivo à mobilidade dos trabalhadores.

No caso do Banco Central do Brasil, torna-se imperiosa a revisão do processo de mobilidade. Além de se alterar a tabela de referência que impede servidores de certos Departamentos de se movimentarem para outras áreas do Banco, soluções inovadoras devem ser buscadas. Para o primeiro caso, ampliar as margens de liberação e recebimento de servidores de forma proporcional para todos os departamentos e simultânea pode ser uma saída. Já uma proposta mais ousada nesse sentido pode ser a seguinte:

- Lutar para que os processos de Mobilidade no BC ocorram quatro vezes ao ano (trimestralmente) e para que, a cada rodada trimestral, haja simultaneamente um processo de “permutas conjuntas” (nos setores em que não houver margem de liberação, poderá haver permutas diretas entre seus membros, não alterando o número de servidores nem nas origens e nem nos destinos).

Da forma acima, nenhum Departamento ficará de fora das rodadas de mobilidade, ainda que, em algum momento, só participe via segmento “permuta”. Isso despersonaliza e desindividualiza o conceito de permuta, pois, uma vez que ela é solicitada no bojo de uma rodada de mobilidade, reduz sensivelmente os receios do pleiteante e as resistências dos gestores envolvidos.

Em outras palavras, o servidor pode dizer “estou participando da rodada de mobilidade com outras dezenas de pessoas” em vez de falar “estou sozinho tentando uma permuta para sair do Departamento” (ou seja, tendo muito menos desgaste). Já o gestor pode dizer “tenho X% de servidores inscritos na rodada de mobilidade para sair e Y% considerando meu Departamento como uma das opções”, em vez de “tem uma pessoa do meu Departamento insistindo para sair” (ou seja, tendo muito menos exposição negativa).

É necessário também um conjunto de mudanças no que se refere a comissionamentos do BC. Uma mudança inicial a ser proposta é o combate ao engessamento intradepartamental no que tange à mudança de área. Se a comissão é de um Departamento, seu preenchimento pode ser dado por servidores de quaisquer regiões do Brasil. Ou seja, podem ser flexibilizadas as barreiras geográficas dentro de cada Departamento.

Já uma inovação mais ousada pode ser a seguinte:

- Agir de forma que o comissionamento não seja vinculado a alguma praça específica do Banco Central do Brasil, quando o trabalho possa ser realizado de forma remota, em *home-office* ou mesmo presencialmente no BC em uma praça diferente daquela que costumeiramente se vinculava a comissão.

Na forma acima, algumas comissões não seriam ligadas a Regionais, mas sim à “Lotação Brasil”: em concorrências, servidores de quaisquer cidades poderiam se candidatar a elas. Isso pode ser muito benéfico para o BC, pois amplia a quantidade de candidatos nas concorrências lançadas, e para os servidores das Regionais menores, que podem ter muito mais oportunidades de carreira.

Sobre isso, destaca-se que é muito importante lutar por uma maior valorização das Regionais do BC (sobretudo as que foram mais prejudicadas nos últimos anos) através da transferência de atividades-fim, da ampliação (*empowerment*) das Gerências Administrativas, da realização de novos concursos com vagas para essas Regionais. Isso sem prejuízo de outras medidas que possam ser elaboradas, pois medidas inovadoras são bastante possíveis neste caso.

No mesmo sentido, o trabalho no exterior também pode ser estruturado de forma mais avançada no Banco Central. A norma interna do BC que regula o assunto é menos ousada do que o Decreto federal que regulamenta o tema. Com boa vontade e criatividade, podem ser obtidas mais oportunidades de trabalho no exterior. Além disso, os servidores do BC que já estão fora do Brasil podem ficar mais seguros e mais satisfeitos com um novo regramento mais progressista.

Por fim, a ideia de inovação pode ser ampliada para todas as políticas de gestão de pessoas no Banco Central. Os casos acima citados são apenas sugestões iniciais, e, se os servidores de todo o Brasil forem ouvidos, muitas novas ideias podem surgir no intuito de melhorar as práticas de RH no BC. ■

VOLTAR PARA
O SUMÁRIO





© Marcelo Camargo / Agência Brasil

SINAL repudia os ataques contra as sedes dos três Poderes

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL) repudia os ataques promovidos no último dia 8 de janeiro contra as sedes dos três Poderes da República em Brasília. A depredação do patrimônio público, na tentativa de espalhar o terror e desestabilizar instituições, representa o mais grave ataque à democracia das últimas décadas.

O SINAL entende que os atos são totalmente incompatíveis com a concepção do Estado Democrático de Direito e com o exercício da cidadania. Destaca ainda que tais atitudes demandam, além do rechaço de toda a sociedade brasileira e da comunidade internacional, uma investigação célere e punições exemplares, conforme o rigor da lei, não apenas para os operadores da manifestação criminosa, mas para os seus financiadores, intermediários e todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para tal.

Por fim, o Sindicato reafirma seu apoio às instituições do Estado e compromisso com a democracia e com a liberdade de manifestação e expressão, independentemente do espectro político, desde que dentro dos limites constitucionais e em respeito à soberania popular emanada por meio do sufrágio universal. Ainda, se solidariza com as autoridades públicas alvos de ameaças e hostilidade.

Ataques ao patrimônio público e ao Estado Democrático de Direito não podem ser tolerados. ■